

RECENSÕES

MAFFESOLI, Michel. *La Connaissance Ordinaire*, Paris, Librairie des Méridiens, 1985. 260 p.

Os livros de Michel Maffesoli apresentam um paradoxo. Suas teses são muito nítidas, claras e distintas. Já o método da exposição, as antecipações, as retomadas, apelando antes à cumplicidade, à intuição do leitor que ao aparente rigor acadêmico, escapam ao que geralmente se entende pelo cartesianismo da tradição francesa. Isto porque, apesar da nitidez das afirmações fundamentais, Maffesoli não acredita na simples lógica dos conceitos. Ou — é outra maneira de dizer — conhece essa lógica bastante bem para saber que explica muito pouco. “O conhecimento empírico ultrapassa por todos os lados a construção racional... Não se trata de fazer a apologia do irracionalismo — ao qual, aliás, é o dogmatismo que conduz infalivelmente — trata-se, simplesmente, de esboçar uma teoria do conhecimento capaz de admitir que à imperfeição (*inachèvement*) estrutural da sociedade corresponde uma espécie de imperfeição intelectual” (p. 198). Daí a oposição, em que Maffesoli gosta de deter-se, entre o conceito e a noção. “Forçar a heterogeneidade da vida à unidade do conceito sempre teve conseqüências muito pesadas na história humana. E por isso convém opor, à rigidez do conceito, a moleza da noção” (p. 31). Já se entrevê porque é que nosso autor atribui tanta importância à “douta ignorância”, objeto de uma das seções decisivas do seu livro. É que ela representa um “verdadeiro progresso iniciático”, permitindo compreender o misterioso e indomável querer viver social” (p. 78).

Porém aí uma contradição, à qual terei de voltar. Se “a vida quotidiana sempre apresenta muitas possibilidades, pois nunca é unívoca, precisamente isto acarreta uma dificuldade suplementar para a sociologia compreensiva, de exprimir as correntes quentes do existir através de termos que, qualquer que seja o cuidado com a nuance, permanecem frios” (p. 60). A sociologia, por conseguinte, deve aproximar-se da “teologia apofática”. “Diante desse divino que é a socialidade, é preciso utilizar o mesmo método dos teólogos medievais, só falar a contrário, antes negando do que afirmando, avançando pelas margens, falando o mínimo possível” (p. 199).

Tese nítida, também, a da sociologia não ser ciência no sentido das ciências duras ou “desumanas”. Maffesoli rejeita o critério da demarcação sugerido

por Sir Karl Popper em *A Lógica da Pesquisa Científica*, segundo a qual a teoria científica se distingue de outras teorias por permitir a dedução de hipóteses, prevendo ou excluindo certas ocorrências, a serem testadas empiricamente. Nosso autor observa, com bastante exatidão, que “tudo serve à sociologia, tudo é método, tudo é caminho. Neste sentido a experiência, qualquer experiência, tem poder cognitivo. A demarcação... não basta para definir o conhecimento”. (p. 187). Mas esta tese — alegaria um seguidor de Popper — encontra-se só aparentemente em desacordo com o espírito de *A Lógica da Pesquisa Científica*. Primeiro porque o próprio Popper que, inclusive, abre um vasto espaço para a velha metafísica, não parece identificar conhecimento “tout court” e conhecimento científico. Depois porque, pelo menos naquele livro, Karl Popper não se mete na controvérsia — muito em moda, durante certo período, entre autores de língua alemã — sobre a metodologia das ciências sociais e históricas. Em terreno popperiano, não basta aceitar o critério da demarcação, como traço essencial da pesquisa científica, para definir o status epistemológico da sociologia.

Falei da nitidez das teses de Maffesoli e ainda darei outro exemplo. A história é uma ilusão, pois o essencial se encontra na “invariabilidade do homem em sociedade, no retorno do idêntico. . . . Não há novidade nas histórias humanas. . . . Só o presente, sempre e novamente igual a si mesmo, merece atenção” (p. 166). É com esse ceticismo, “ceticismo bem trivial” — como se se tratasse de um David bem trivial, usando as armas mais triviais do mundo, o pedregulho e o budoque, e derrubando muitos gigantes — que, continua o autor, “convém relativizar as loucas esperanças de um Marx, de um Comte ou de um Durkheim” (p. 57). São as invariantes da condição humana. “Será que o progresso científico conseguiu reformar a morte? Não parece. O mesmo se diga da contradição e da alteridade, pequenas mortes vividas a cada dia. É aí, nessa banalidade, que tropeça toda espécie de triunfalismo positivista” (p. 58).

La *Connissance Ordinaire*, conforme já se destacou, prefere não seguir, na ordem da exposição, o sistema das coordenadas cartesianas. Não se impõe, conseqüentemente, resumir cada um dos oito capítulos (além da introdução), cujos títulos bastam para que se tenha uma idéia geral do conteúdo: “fascinação positivista” (43-66); “a experiência do relativismo” (67-68), com a seção “a douda ignorância” (74-78); “a função ideológica” (79-97); “rumo ao formismo sociológico” (98-118); “o procedimento analógico” (119-144); “a correspondência física e social” (145-162); “a vida sempre em recomeço” (163-182); “epistemologia do quotidiano” (183-229), terminando o volume com notas e índices.

Antes da avaliação final, convém destacar um dos pontos mais notáveis do livro e da obra inteira de Maffesoli. É a sociologia das idéias ou das ideologias. Tudo começa de modo aparentemente convencional, partindo de um postulado de Émile Durkheim, segundo o qual “as idéias são realidades, forças ainda mais eficazes do que as representações individuais” (p. 87). Prosseguindo nessa linha, pode-se dizer que “a idéia é o motor inicial do progresso”, já que “uma sociedade é, antes de tudo mais, uma comunidade de idéias” (p. 89). Daí acrescentando a Durkheim ecos da antropologia do imaginário, de Gilbert Durand, Maffesoli conclui que, “se as ideologias só têm valor na medida em que reúnem, em que levam à formação de uma comunidade, tem-se de admitir que são mortais, efê-

meras... desaparecem e cedem o lugar a outros imaginários... A ideologia faz parte dos fundamentos da sociedade... mas é sempre a vida que triunfa" (p. 90).

Da ideologia, nosso autor, ainda sob inspiração de Durkheim, passa ao totemismo, que, "tratando-se de uma lei muito geral, pode-se aplicar a numerosas situações contemporâneas; o mecanismo da participação, que, através de tal ou qual totem, faz com que eu seja solidário do meu ambiente, permanece bem atual e é, no fim das contas, a última ratio de toda socialidade" (p. 86). Evocar, neste contexto, o nome de Claude Lévi-Strauss — que Maffesoli não deixa de mencionar com relativa frequência — pode levar a um equívoco. Lévi-Strauss, em seus muitos trabalhos sobre o tema, "ideologiza" o totemismo, trata-o como um processo cognitivo racional, uma espécie de sociologia ao alcance de todos, desde que adequadamente decodificada.

Maffesoli, ao contrário, "totemiza" ou "mitologiza" as ideologias. De fato, se se pode usar a famosa terminologia do antropólogo Roy d'Andrade, as idéias não seriam boas para pensar, nem sequer para comer, nem mesmo — pois Maffesoli desconfia de tudo que é ordenamento e estruturação — para organizar, mas, simplesmente para aglutinar os indivíduos em grupos e comunidades. As idéias, a rigor, nunca seriam propriamente "idéias" — nenhum mecanismo lógico autorizaria passar da experiência, sempre singular e concreta, ao aparente universalismo e à abstração a que pretendem — mas seriam sempre, "volentes nolentes", símbolos de comunhão ou participação, isto é, totens.

Não sei se todos os weberianos e weberólogos — discípulos e estudiosos de Max Weber — concordarão em estender esse processo de totemização aos "tipos ideais" do grande autor alemão. Para Maffesoli, nos dois casos — de um lado o totem e o animismo, produtos da socialidade e da comunhão, e de outro ética protestante, capitalismo moderno, racionalidade e outras idéias centrais da sociologia histórica de Max Weber — trata-se da "mesma referência a formas estereotipadas, sem preocupação com a sua existência, a fim de melhor salientar o que constitui o essencial da trama social" (p. 134).

Porém impossível, no espaço desta resenha, acompanhar todos os meandros, as sutilezas, as digressões da exposição de Maffesoli. "A letra mata, o espírito vivifica". E este espírito pode ser condensado em quatro teses básicas, ligadas aos trechos citados neste artigo. 1) Mais-valia do vivido sobre o representado, levando à primazia da socialidade (ou comunhão) sobre a instituição, do presente, necessariamente plural e equívoco, sobre o projeto unilinear; 2) consequentemente, predomínio da noção, da "douta ignorância", sobre o conceito redutor e totalitário; 3) pluralismo metodológico para a sociologia, com rejeição do critério de demarcação (pela hipótese testável), sugerido por Karl Popper; 4) afirmação das invariantes da condição humana e, portanto, do caráter ilusório de projeto e da interpretação histórica.

Não se pode — sem escrever outro livro igual ou maior do que o primeiro — pretender confirmar, refutar, ou mesmo comentar, de maneira exaustiva, esses quatro pontos básicos. Vou limitar-me a algumas achegas, que seriam como que os prolegômenos de toda "maffesologia" futura. Em primeiro lugar, concordo — mas esta primeira concordância é a mais fácil — com a mais-valia do vivido sobre o representado. Mais difícil é o problema dos conceitos ou noções com que va-

mos representá-la. Não fico satisfeito, por exemplo, com o “formismo” de Maffesoli, mesmo quando se vale de Georg Simmel. Prefiro quando apela — num gesto de muita coragem no contexto da sociologia contemporânea — para o hilemorfismo da tradição aristotélico-tomista. O sociólogo, o historiador, haverão de tomar conhecimento, nas sociedades que estudam, tanto das formas que as estruturas — sempre de modo mais ou menos precário: “*tout casse, tout passe, tout lasse*” — quanto da potência, do poder, do “*dynamis*”, que nenhuma formalização, nenhuma estruturação jamais conseguirão “reduzir” ou eliminar. No reconhecimento do poder-potência, do dinamismo das sociedades encontra-se — convém destacar — uma das teses centrais de outro livro de Maffesoli: *A Conquista do Presente*.

Toda obra de Maffesoli representa um combate contra totalitarismos teóricos e políticos. Pode-se, entretanto, questionar se, por força de opor-se tão totalitariamente ao totalitarismo, não reincide nele. Não será, por exemplo, que é demasiadamente anticonceptualista? Ele próprio registra a contradição de “expressar as correntes quentes do existir através de termos que . . . permanecem frios” (p. 60). A “douta ignorância” será também um “tipo ideal” (ou uma manifestação de animismo . . .) Na realidade, ela não existe tal qual. Para os Maffesoli, como para os Bergson e os Gurwitsch, os conceitos continuam inevitáveis. Todo conceito comporta um certo grau de abstração. O importante é não deixar que essa abstração chegue longe demais, que deixe de conotar a parte do dinamismo, do inestruturável, da sociedade difusa e sempre vitoriosa.

A rejeição do critério da demarcação, configurado, como assinala Karl Popper, no teste empírico de hipóteses, parece-me exagerada. É verdade que “tudo serve à sociologia, tudo é método, tudo é caminho” (p. 187). Longe porém de desmentir o critério da demarcação, a afirmação seguinte de Maffesoli, “a experiência, qualquer experiência, tem poder cognitivo”, não faz senão trivializar o teste empírico, colocando-o na dimensão da socialidade. Na verdade, por pouco que se admita, a reivindicação científica da sociologia, por pouco que a disciplina não esteja constituída de dogmas além da evidência empírica, ou de princípios tão evidentes que ninguém pensasse em demonstrá-los, impõe-se, de uma maneira ou de outra — inclusive através da banalidade da experiência quotidiana — o teste de hipóteses como instrumento de demonstração. O próprio Maffesoli não faz outra coisa. E, para ainda invocar outro conceito da tradição aristotélico-tomista, recorro ao de “*analogia attributionis*”, a aplicação do mesmo termo a muitos referentes secundários, por causa da relação que mantém com um referente principal. Não estou querendo dizer que a sociologia tenha menos importância que a física. Quero só dizer que os diversos processos e “*démarches*” da sociologia referem-se à demonstração (ou corroboração) de hipóteses, orientam-se para ela, ainda quando demonstrar em sociologia (só em sociologia?) permaneça, muitas vezes, no plano aproximativo ou tendencial.

Finalmente a história, a “*bête noire*” de Maffesoli. Com a crítica radical, que faz nosso autor ao historicismo radical dos Hegel, dos Marx e até dos Comte e de toda uma tradição positivista dentro da sociologia (a que não fica alheio Durkheim), há que se concordar radicalmente. Tal História simplesmente não existe. A argumentação “trivial” de Maffesoli, lembrando a permanência da mor-

te, da alteridade e da contradição, junta-se à observação, à “boudade”, a propósito dos esquemas hegelianos, atribuída a Leopold von Ranke: “Todos os períodos da História dependem imediatamente de Deus”. Isto é, sendo igualmente “got-tunmittelbar”, dispensam os complicados esquemas dialéticos dos Hegel e dos Marx, que, para ressaltarem a pretensa lógica do conjunto, expulsam muitos povos e períodos do desenvolvimento ortogenético da História. (A mesma crítica, fundamentalmente, encontra-se em passagens decisivas de *O Pensamento Selvagem*, de Claude Lévi-Strauss.)

Porém Maffesoli vai longe demais. Rejeitando a História, não precisava rejeitar as histórias, na linha, por exemplo, de Max Weber (a ascensão da racionalidade) ou de Fernand Braudel (as estruturas de longa duração). Pois estas histórias possuem referentes empíricos e bem triviais. Ligam-se às “estruturas do cotidiano”. Neste contexto, nosso autor incide numa “docta ignoratio elenchi”. Ou seja, esse cotidiano, de onde, para Maffesoli, tudo parte e para onde tudo se dirige, não se compõe apenas das invariantes da condição humana. Compõe-se também de conteúdos, que não podemos ignorar sob pena de desconhecermos a especificidade das épocas e dos povos (ou áreas de civilização) e que não se podem, “a priori”, deduzir de “formas” ou “resíduos”.

É este meu ponto central de desacordo com a obra de Michel Maffesoli. Mas os acordos predominam. Ele diz coisas muito importantes, que precisam ser ao máximo divulgadas. Penso, inclusive, que a “docta ignorantia” que propugna, essa desconfiança em relação ao excesso de teorização, a refutação do dogmatismo, lembrando os Robert Lowie (autor dessa obra-prima, não só da etnologia, mas de toda ciência social, que é *Primitive Society*) e, no Brasil, os Gilberto Freyre, com a constante defesa da sociologia plural, merecem máxima atenção, máxima reflexão por parte de sociólogos e antropólogos brasileiros, muitas vezes excessivamente dependentes de teorias, de escolaticismos que antes reforçam os interesses da profissão, constituindo as representações totêmicas de nosso grupo (ou de nossos grupos) do que servem, apesar de nossa retórica e de nossa presunção, para compreender, explicar, prever (na medida em que possamos aspirar a tanto) a sociedade e o tempo em que vivemos.

Roberto Motta

Diretor do Departamento de Antropologia
da Fundação Joaquim Nabuco

GOODMAN, David e REDCLIFT, Michael. *From Peasant to Proletarian: Capitalist Development and Agrarian Transitions*, Oxford (Inglat.), Basil Blackwell, 1981.

A recente frustração da tentativa de empreender uma reforma agrária em bases progressistas no Brasil pode ser considerada um importante argumento em favor da reabertura do debate teórico sobre a questão agrária brasileira. Mais do que isso, o que o episódio bem demonstrou foi a fragilidade da ligação entre a interpretação acadêmica e a concretude com que a realidade se manifesta no mundo real.